



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**ESCRITORAS BRASILEIRAS EM BIBLIOGRAFIAS BRASILIANAS:
SUPRESSÃO E SILENCIAMENTO NA ESCRITA BIBLIOGRÁFICA**

***BRAZILIAN WRITERS IN BRAZILIAN BIBLIOGRAPHIES:
SUPPRESSION AND SILENCE IN BIBLIOGRAPHIC WRITING***

Diná Marques Pereira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fabício José Nascimento da Silveira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apresenta parte dos resultados de pesquisa doutoral dedicada a identificar mulheres escritoras em bibliografias retrospectivas de temática brasileira. Em diálogo com a História Cultural das Mulheres e com a História das Mulheres no Brasil, o trabalho se propõe a debater o conceito de Autor e suas implicações excludentes, por isso silenciadoras, para as mulheres escritoras e suas produções, tangenciando as análises para o universo dos repertórios bibliográficos. Em termos metodológicos, a investigação pode ser caracterizada como bibliográfica e documental, tendo definido como objeto de análise 9 (nove) bibliografias retrospectivas de temática brasileira. Os critérios estabelecidos para seleção de textos escritos por mulheres foram: (i) textos de autoria feminina; (ii) textos de autoria feminina com co-autoria; (iii) textos que passaram por processo editorial e que foram impressos; e, (iv) artes gráficas produzidas por mulheres e publicadas em livros ou em série. Os resultados quali-quantitativos evidenciam formas de exclusão e de supressão de textos de autoria feminina na escrita bibliográfica de Bibliografias Brasileiras, além de clara dissimetria sexual das fontes, marcadores de exclusão que geram supressões e promovem tanto o silenciamento quanto o memoricídio das mulheres e de suas produções escritas.

Palavras-chave: mulheres escritoras; escrita bibliográfica; bibliografias brasileiras; história das mulheres; silêncio das fontes.

Abstract: It presents part of the results of doctoral research dedicated to identifying women writers in retrospective bibliographies on Brazilian themes. In dialogue with the Cultural History of Women and the History of women in Brazil, the work proposes to debate the concept of Author and its exclusionary, and therefore silencing, implications for women writers and their productions, bringing the analyzes to the universe of bibliographic repertoires. In methodological terms, the investigation can be characterized as bibliographic and documentary, having defined as the object of analysis 9 (nine) retrospective bibliographies on Brazilian themes. The criteria established for selecting texts written by women were: (i) texts written by women; (ii) text by female author with co-authorship; (iii) texts that went through the editorial process and were printed; and, (iv) graphic arts produced by women and published in books or series. The qualitative-quantitative results highlight forms of exclusion and

suppression of texts by female authors in the bibliographical writing of Bibliografias Brasileiras, in addition to clear sexual dissymmetry of the sources, markers of exclusion that generate suppressions and promote both the silencing and erasure of women and their written productions.

Keywords: Women writers; bibliographic writing; brazilian bibliographies; women's history; silence of the sources.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza parte dos resultados de pesquisa doutoral dedicada a identificar mulheres escritoras em bibliografias retrospectivas de temática brasileira. Em linhas gerais, o objetivo da tese foi analisar a presença de mulheres escritoras nessas bibliografias, tendo-se em vista verificar quais fatores de ordem bibliográfica possibilitaram a inserção de suas produções nos repertórios estudados. Operando um recorte do estudo realizado, propomos debater aqui, em diálogo com a História Cultural das Mulheres e com a História das Mulheres no Brasil, o conceito de autor e suas implicações excludentes, por isso silenciadoras, para as mulheres escritoras e suas produções.

Em termos metodológicos, o percurso investigativo traçado pode ser caracterizado como bibliográfico e documental, posto analisar 9 (nove) bibliografias retrospectivas de temática brasileira. Os critérios estabelecidos para seleção de textos escritos por mulheres foram: (i) textos de autoria feminina; (ii) textos de autoria feminina com co-autoria; (iii) textos que passaram por processo editorial e que foram impressos; e, (iv) artes gráficas produzidas por mulheres e publicadas em livros ou em série.

Embora o referencial teórico privilegie publicações e pesquisas desenvolvidas por mulheres, não deixamos de contrapor a elas narrativas instituídas por homens que, no cenário social, político, cultural e literário das Américas, empunharam suas penas para demarcar lugares específicos a serem ocupados “pelo feminino”, delimitando, em face disso, os modos como suas produções deveriam ser recebidas, lidas, apreciadas e, conseqüentemente, invisibilizadas. Nesse sentido, o trabalho aborda a inserção das mulheres no contexto da cultura escrita, tanto no cenário europeu quanto no Brasil, problematizando de forma correlata o conceito de autoria e os paradigmas da supressão, da exclusão e do silenciamento da escrita feminina.

No que tange aos resultados, indica-se que os dados quali-quantitativos apurados revelam diferentes formas de exclusão e de supressão de textos de autoria feminina no

âmbito da escrita bibliográfica¹ de Bibliografias Brasileiras, além de clara dissimetria sexual das fontes, marcadores de exclusão que geram supressões e promovem o memoricídio das mulheres e de suas produções escritas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mulheres e cultura escrita

Em vários de seus estudos Michelle Perrot (1988, 2007) pontua que a história das mulheres é atravessada por silêncios e esquecimentos milenares. Para ela, a invisibilidade da mulher dá-se, primeiramente, pela condição social a qual foi destinada: ficar reclusa no espaço familiar, longe da vida pública. A isso se soma o fato de que a transição das mulheres da casa de seus pais para um novo lar lhe impunha uma segunda reclusão e a continuidade de seu apagamento em função da obrigatoriedade do uso do sobrenome do marido: “os homens são indivíduos, pessoas, trazem sobrenomes que são transmitidos. Alguns são “grandes”, “grandes homens”. As mulheres não têm sobrenome, apenas um nome. Aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros” (Perrot, 2007, p. 17).

¹ No contexto da pesquisa que deu origem a este trabalho, a escrita bibliográfica é entendida como o resultado das aplicações e dos usos do método bibliográfico. Nessa perspectiva, o método bibliográfico é tanto fundamento quanto instrumento para a escrita bibliográfica, que, por sua vez, é uma escrita técnica e circunscrita ao campo da Bibliografia. Entendendo a escrita como um modo de representação da linguagem oral que produz explicações sobre os mundos das idéias, dos conceitos e dos sentimentos, compreendemos que a escrita bibliográfica também comporta, dentro desse viés, um objetivo específico que é o de fornecer informações referenciais/indiciais sobre um documento por meio da sua representação descritiva. A escrita bibliográfica, transpondo uma percepção generalista, possui claramente uma responsabilidade autoral-curatorial declarada: a pessoa bibliógrafa (escrita individual) ou as pessoas bibliógrafas (escrita coletiva). A responsabilidade autoral determina, escolhe e adapta o método e elabora os objetivos para congregar, de modo analítico e reflexivo, os itens que compõem uma bibliografia. Assim, sendo o método bibliográfico o fundamento que suporta a produção de uma bibliografia, a intencionalidade de produzi-la, para além das necessidades de informação, apresenta-se enquanto sinal e vestígio para se pensar e tensionar as motivações e as decisões da escrita bibliográfica. Nesses termos, a intencionalidade é um atributo qualificador que dá personalidade e unicidade à escrita bibliográfica e que pode aclarar, também, as preferências e os jogos de poder que atravessam a cultura escrita de seu tempo. Para além de ser e conter os resultados de aplicações metodológicas, a escrita bibliográfica é, sobretudo, o resultado do pensamento, da prática, da arte e do gesto bibliográfico produzido por atores que, por sua vez, reafirmam as múltiplas possibilidades de constituição da organização de informações e da produção de conhecimento em seu tempo.

Da mesma forma, “o silêncio das fontes” configura-se em outro fator de apagamento das mulheres na História. Seja porque, em decorrência de um grande conjunto de condicionantes sócio-históricos, elas deixam poucos registros ou em razão de que, no geral, a atenção que observadores e cronistas, em sua grande maioria masculinos, “dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos” (Perrot, 2007, p. 17). Por conseguinte, essa invisibilização das mulheres corporifica-se na “dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas” (Perrot, 2007, p. 17), nas quais as mulheres são “imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (Perrot, 2007, p. 17).

Conforme Duarte (2022), baseada em Baez (2010), silenciar e invisibilizar é o assassinato da memória e de uma cultura de grupos, povos e comunidades. Transpondo esse entendimento para o campo que estuda a História das mulheres, Duarte (2022) reconhece que no “caso das mulheres, memoricídio pode também designar o processo de opressão e negação da sua participação ao longo da história” (Duarte, 2022, p. 16). Com isso, ao eliminar a memória de lutas e de resistências das mulheres ao patriarcado, a História impôs o silêncio e a invisibilidade ao domínio do feminino. Não por acaso, a História Cultural das Mulheres só começou a se desenvolver tardiamente, primeiro:

[...] na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na história em particular (Perrot, 2007, p. 19).

Esse advento desencadeou uma grande produção sobre as mulheres em diversas áreas do conhecimento. Assim, “das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (Perrot, 2007, p. 22). Contudo, é preciso demarcar que essas mulheres “faladas” e “representadas” correspondem, em sua maioria, à mulher branca europeia, anglo-saxã e norte-americana. Discurso hegemônico que, mesmo ao “evidenciar” as mulheres, elege a imagem de um sujeito feminino universal, silenciando outras tantas vozes como a das mulheres negras, latinas, indígenas, aborígenes, periféricas, entre outras. Não sem razão, um grande contingente de textos sobre as mulheres tem por foco personagens célebres e buscam agenciar uma narrativa unívoca, apaziguada e linear.

Pelo exposto, podemos observar uma tendência na historiografia sobre a mulher em sua fase inicial: tratar todas as mulheres como uma categoria universal e homogênea. É justamente essa “insistência em falar de mulheres como [sujeitos] universais, não marcando

as diferenças existentes, [que] faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (Ribeiro, 2020, p. 41). Somado à universalização da mulher, o olhar de quem fala também contribuiu para estereotipar, silenciar e mesmo apagar sua presença e participação na história. Referente político e social que não se mostra exclusivo da Europa, posto exibir-se também em terras brasileiras.

2.2 Mulheres e cultura escrita no Brasil

Da mesma forma que no norte global² não há um único modo de ser mulher, nos outros continentes as histórias das mulheres são, ou deveriam ser, múltiplas. Entretanto, pensando no caso do Brasil, independentemente do nível de formação educacional ou dos vários contextos nos quais elas estavam inseridas, é o olhar e a voz masculina que tece essa narrativa. Fator que contribuiu/contribui, sobremaneira, para o silêncio dos arquivos, dos livros e das histórias sobre as mulheres brasileiras.

Por conseguinte, a historiografia da cultura escrita no país demonstra que nos “séculos XVI, XVII, e XVIII a convicção da inferioridade intelectual feminina é nítida na literatura e na correspondência” (Samara, 1990, p. 228). Fato agravado em função da discriminação étnica, cultural e religiosa. Sendo assim, pouco ou quase nada se falava delas como pessoas públicas ou mesmo como produtoras de discursos – literários, filosóficos, artísticos, educacionais, jurídicos, políticos etc. – válidos.

Um exemplo emblemático dessa realidade pode ser apreendido a partir do *Diccionario Biographico de Brasileiros celebres nas letras, artes, politica, filantropia, guerra, diplomacia, industria, ciencias e caridade*, de autoria de Manuel Francisco Dias da Silva, publicado em 1871 pela tipografia Eduardo & Henrique Laemmert, no Rio de Janeiro. Nessa obra, Silva (1871) reuniu 103 biografias de personagens selecionados por suas atuações na história do Brasil entre os anos de 1500 e 1871. Ao negligenciar nomes de mulheres, Manuel Francisco Dias da Silva reafirma de forma muito objetiva o lugar de destaque e de honra totalmente ocupado por homens no contexto do Brasil oitocentista.

Daí ser possível afirmarmos que a história das mulheres no Brasil, pautada pela colonização, foi, em muitos aspectos, escrita a partir das vozes masculinas e submetida ao crivo da história dos homens. Importante destacar aqui o texto de Pierre Bourdieu “A

² A expressão “norte global” tem como referência Santos (2022).

dominação masculina”, para quem os privilégios do homem em relação às mulheres fomentam relações de dominação e injustiças resultantes

[...] daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) (Bourdieu, 2012, p. 7-8).

Sistema de dominação e de violência simbólica que foi/que é utilizado, em muitos casos, para justificar a supressão (apagamento) e a desautorização das mulheres no universo da cultura escrita, bem como o silêncio das fontes sobre elas e suas produções. Romper com essa estrutura implica, assim, refletir sobre quem escreve um texto: um texto escrito por uma mulher recebe a mesma importância de um texto escrito por mãos masculinas? Na próxima seção discorreremos sobre esse questionamento voltando nosso olhar para o conceito de autor e problematizando como ele faz reverberar um sistema de exclusão e apagamento da escrita feminina.

2.3 O que importa quem fala?

O título desta subseção remete diretamente à pergunta lançada por Michel Foucault em conferência apresentada aos membros da Sociedade Francesa de Filosofia, no *College de France*, em 1969. Nela o filósofo discute a escrita contemporânea, abordando em específico aquilo que ele denomina de “apagamento do autor”. Para tanto, formula a seguinte questão: “O que é um autor?”. Para respondê-la, Foucault (2001, p. 264) se propõe a pensar “os locais onde sua função [autor] é exercida”. Ao fazer isso, mobiliza os seguintes direcionamentos:

- 1) O nome do autor: impossibilidade de tratá-lo como uma descrição definida; mas impossibilidade igualmente de tratá-lo como um nome próprio comum.
- 2) A relação de apropriação: o autor não é exatamente nem o proprietário nem o responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles. Qual é a natureza do *speech act* que permite dizer que há obra?
- 3) A relação de atribuição: o autor é, sem dúvida, aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito. Mas a atribuição - mesmo quando se trata

de um autor conhecido - é o resultado de operações críticas complexas e raramente justificadas. As incertezas do opus.

4) A posição do autor: posição do autor no livro (uso dos desencadeadores; funções dos prefácios; simulacros do copista, do narrador, do confidente, do memorialista). Posição do autor nos diferentes tipos de discurso (no discurso filosófico, por exemplo). Posição do autor em um campo discursivo (o que é o fundador de uma disciplina?, o que pode significar o "retorno a..." como momento decisivo na transformação de um campo discursivo?) [sic] (Foucault, 2001, p. 265).

Esses encaminhamentos agenciados pelo filósofo em sua busca pela apreensão da figura autoral podem ser compreendidos e analisados a partir de três modos operativos dos discursos:

[..] cada um deles inscritos historicamente com a consciência do caráter instável dos elementos materiais próprios dos sistemas de produção dos textos, dos elementos de controle estabelecidos pela censura e dos aspectos mercadológicos que regulam a cultura escrita. O primeiro modo de funcionamento é caracterizado pela abertura das posições de autoridade na passagem entre o saber escolástico [e] o saber renascentista (sécs. XIV-XV), o segundo é desenhado pela expansão inédita dos processos de circulação dos textos com o aparecimento da imprensa e pela invenção de novos mecanismos de controle dos discursos (séc. XVI-XVII), o terceiro [...] a figura do autor moderno, proprietário de sua obra no seio de transformações jurídicas, literárias, estéticas e mercadológicas (Utsch, 2022, s.p.).

Concordando com as demarcações acima, Alves (2021) ressalta que a emergência do autor, na modernidade, pode ser analisada a partir de três camadas históricas:

[..] o aparecimento do autor como auctoritas nos séculos XIV e XV, em associação às mutações da cultura escrita; o surgimento do autor como transgressor, responsável por sua criação, nos séculos XVI e XVII, em associação ao desenvolvimento da imprensa, da censura e das novas formas de controle e consagração do autor; por fim, no século XVIII, a emergência do autor como proprietário, em associação às mudanças no direito, nos discursos estéticos, no regime literário, no mercado livreiro e nas práticas de produção, circulação e recepção (Alves, 2021, p. 9).

Em consonância com essas camadas históricas, a função-autor foi modulada, assim, como uma função classificadora dos discursos. Ela é (i) característica do modo de viver, da circulação e do funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade; (ii) está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina e articula o universo dos discursos; e, (iii) é o resultado de operações específicas e complexas que atribuem à inscrição histórica a unidade e a coerência de uma obra ou obras à identidade de um assunto construído. Enfim, essa perspectiva de função-autor acentua que o autor é o princípio da

unidade de sua escrita, a partir da qual ganha visibilidade por isso e, ainda, tem o direito de lucro pelo seu trabalho artístico-literário (Chartier, 1998; Foucault, 2001).

Um contraponto a essa modalidade de compreensão foi instaurado por Pérez Fontdevila (2021), pesquisadora da teoria literária que tem buscado entender “o que não é um autor” e quais os fundamentos conceituais e as estratégias críticas acionadas para desautorizar as escritoras. Para ela, a exclusão simbólica da mulher no campo literário e no campo das artes se deve ao paradigma da exclusão e ao fato do conceito de “autor” ter se constituído como dispositivo de supressão do feminino, marcadamente ancorado na polarização edificada pelo binômio de gênero homem-mulher. Isso quer dizer que, no domínio do patriarcado, criatividade e feminilidade são consideradas instâncias inconciliáveis, haja vista que, “as representações normativas da autoria se revelam incompatíveis com as representações normativas do gênero feminino” (Pérez Fontdevila, 2021, p. 87).

Não por acaso, ainda de acordo com nossa interlocutora, a exclusão das mulheres do campo da autoria fundamenta-se em dois paradigmas: o que liga as mulheres ao âmbito inferiorizado da natureza e da reprodução biológica e o que associa a feminilidade ao espaço da comunidade social, compreendida em oposição à originalidade e à autenticidade da “verdadeira criação artística”. Nesses termos, fica evidente que as dinâmicas pautadas pelas relações sociais de gênero determinam os mecanismos de controle, de limitação, de inclusão, de desvalorização e de subordinação das atividades artísticas para e das mulheres. Por conseguinte, a noção de autor identificada por Foucault (2001) pode ser tomada como um dispositivo de agenciamento prefigurado para a naturalização das construções históricas do masculino, uma vez que define e regula posições assimétricas em relação à linguagem, ao poder e aos significados para os homens em relação às mulheres.

Essas assimetrias se dão de tal forma que as exclusões simbólico-conceituais da mulher das estruturas que amparam os conceitos de autor, de sujeito e de humano podem ser analisadas, ainda conforme Pérez Fontdevila (2021), a partir da percepção da construção da atividade criativa de natureza e de privilégio masculino. Exclusão que se sustenta na divisão sexual do trabalho na qual o binômio homem/mulher reflete as oposições criação (mente) *versus* procriação (corpo). Essa separação visa evidenciar que a esfera do espírito é privilégio do masculino e a esfera do corpo é obrigatoriedade da mulher.

Escrever, em face disso, pode ser interpretado como algo que contradiz a natureza da mulher e, caso ela se torne uma escritora, será uma exceção em sua espécie. Ademais, ao

contrário da singularidade atribuída ao autor, à mulher escritora é imputada a excepcionalidade. Isso significa dizer que o esquema social binário edificado em torno das questões de gênero reafirma constantemente a incapacidade de criação e a singularidade das mulheres, reconhecendo nelas tão somente os atributos de procriação biológica e reprodução cultural (aqui associado à passividade, repetibilidade e incapacidade criativa).

Estratégia política, discursiva e de poder que se entremeia e que se propaga para outras tantas esferas que dão forma ao sistema de exclusão e de silenciamento das mulheres e de suas produções escritas. De acordo com o que se verá abaixo, esse é um dos principais fatores responsáveis por reforçar a marginalidade da escrita feminina, inclusive em bibliografias de temática brasileira.

3 MULHERES ESCRITORAS EM BIBLIOGRAFIAS BRASILIANAS: SUPRESSÃO E SILENCIAMENTO NA ESCRITA BIBLIOGRÁFICA

As bibliografias selecionadas para compor a amostra da pesquisa são aquelas que reúnem publicações sobre a história e a cultura brasileira. Em termos tipológicos, são bibliografias retrospectivas sobre a temática Brasileira, as quais arrolam produções anteriores à primeira metade do Séc. XX, concebidas no Brasil ou no exterior. Abaixo apresentamos, em ordem crescente de data de publicação, as nove bibliografias analisadas:

1. Catálogo da Exposição de História do Brasil (Galvão, 1881);
2. Annaes da imprensa nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822 (Cabral, 1881);
3. Bibliographie brésilienne (Garraux, 1898);
4. Bibliotheca brasiliense (Rodrigues, 1907);
5. Biblioteca exótico-brasileira (Carvalho, 1913);
6. Bibliotheca brasiliensi (Maggs Bros, 1930);
7. Bibliografia brasileira do período colonial (Moraes, 1969);
8. Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (Camargo & Moraes, 1993);
9. Bibliographia brasiliana (Moraes, 2010).

A tabela 1 apresenta uma sistematização do recorte temporal e do número de entradas referências em cada bibliografia (entradas totais e citações específicas de textos escritos por mulheres). Indica-se que, nesse caso, o recorte temporal corresponde às datas iniciais e finais das publicações repertoriadas (1492 a 1930).

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Tabela 1 – Bibliografias brasileiras

| Nº | BIBLIOGRAFO(A)/DATA | BIBLIOGRAFIAS | RECORTE TEMPORAL | ENTRADAS | TEXTOS MULHERES |
|-------------------|----------------------------|--|-------------------------|-----------------|------------------------|
| 1 | CABRAL, 1881 | Annaes da Imprensa Nacional | 1808-1822 | 1.251 | 1 |
| 2 | GALVÃO, 1881 | Catálogo da exposição da História do Brasil, 3v | 1507-1880 | 20.337 | 19 |
| 3 | GARRAUX, 1898 | Bibliographie brésilienne | 1500-1898 | 1.561 | 14 |
| 4 | RODRIGUES, 1907 | Bibliotheca brasiliense | 1492-1822 | 2.646 | 5 |
| 5 | CARVALHO, 1913 | Bibliotheca exótica brasileira | 1627-1910 | 450 | 5 |
| 6 | MAGGS BROS, 1930 | Bibliotheca brasiliensis | 1493-1930 | 429 | 3 |
| 7 | MORAES, 1969 | Bibliografia brasileira do período colonial | 1601-1822 | 909 | 9 |
| 8 | CAMARGO ; MORAES, 1993 | Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 2v | 1808-1822 | 644 | 2 |
| 9 | MORAES, 2010 | Bibliographia brasiliana, 2v | 1504-1925 | 3.349 | 47 |
| RESULTADOS | | | 1492-1930 | 31.576 | 105 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Todas as bibliografias citam pelo menos um texto escrito por mulher, contudo, a Tabela acima dá a ver a enorme assimetria em relação às autorias, posto que do total de 31.576 entradas, apenas 105 correspondem a textos escritos por 68 mulheres. Dessas, apenas 11 são brasileiras:

1. Angela do Amaral Rangel (1725-?), Brasil, Rio de Janeiro (Moraes, 1969);
2. Cândida do Carmo Sousa Menezes (Séc.XIX?), [Brasil?] (Galvão, 1881);
3. Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), Brasil-MG, São João Del Rey (Galvão, 1881);
4. Josephina Neuville (1826-1889), Brasil, Rio de Janeiro (Moraes, 2010);
5. Julia de Albuquerque Sandy Aguiar (Séc. XIX?), Brasil, Rio de Janeiro (Galvão, 1881);
6. Madame Léon (Séc.XIX?), [Brasil?] (Galvão, 1881);
7. Maria Augusta Generoso Estrela (1846-1946), Brasil, Rio de Janeiro (Galvão, 1881);
8. Maria Clemência da Silveira Sampaio (1789-1862), Brasil, Rio Grande do Sul (Galvão, 1881);
9. Maria Filippa Máxima do França (Séc.XIX?), [Brasil?] (Galvão, 1881);
10. Nisia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), Brasil, Rio Grande do Norte (Galvão, 1881; Garraux, 1898; Moraes, 2010);

11. Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793), Brasil, São Paulo (Moraes, 1969; Moraes, 2010).

Como pode ser notado, apenas Nísia Floresta Brasileira Augusta e Tereza Margarida da Silva e Orta foram citadas em mais de uma bibliografia. Naquilo que se refere à escrita bibliográfica, para as 11 mulheres referenciadas, as informações biográficas e sobre seus textos são mínimas, quando não ausentes, diferindo em muito das demais entradas, posto que, para os textos escritos por homens as notícias literárias são extensas e detalhadas. Isso nos autoriza a demarcar o uso da escrita bibliográfica como dispositivo de supressão de informações e de invisibilização dos textos escritos por mulheres.

A fim de exemplificarmos isso, destacamos o caso de Ângela do Amaral Rangel (1725-?), citada por Moraes (1969). Citação que não se deu na forma de entrada (como notícia bibliográfica), mas em uma remissiva dentro da notícia literária de um autor: “vide Sá, Manoel Tavares de: *Júbilos da América*” (Moraes, 1969, p. 294). Os versos de Ângela

[...] em português e espanhol, [foram] publicados por Manuel Tavares de Sequeira e Sá, secretário da Academia dos Seletos, em *Júbilos da América* e, na gloriosa exaltação, e promoção do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gomes Freire de Andrade, uma edição feita em Lisboa em 1754 (Ângela, 2023).

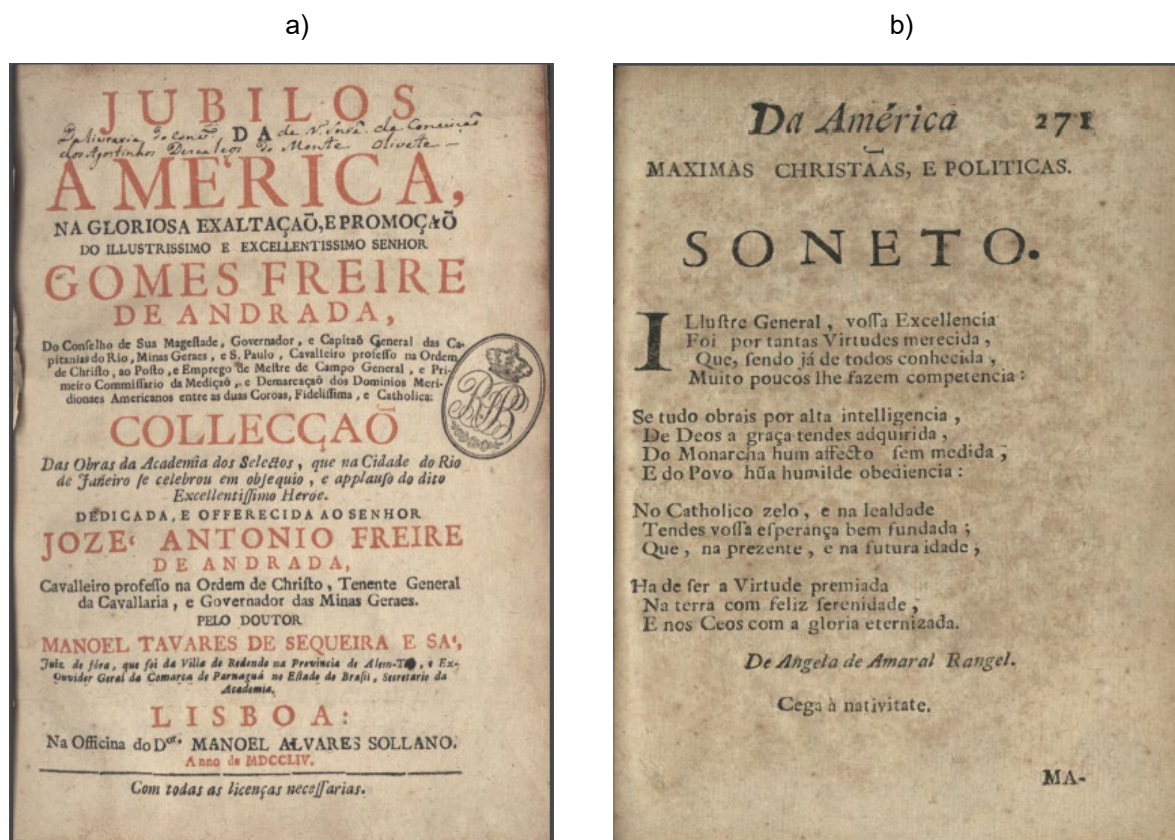
Existem poucas publicações que informam sobre a biografia de Ângela do Amaral Rangel e em nenhuma delas constam a data efetiva de seu falecimento. Sabe-se que ela era filha de Antônio Marcos Vale e Custódia Rangel, representantes de uma família ilustre no Rio de Janeiro. Cega de nascença, Ângela do Amaral Rangel usava como pseudônimo “A Ceguinha” (Coelho, 2002). Consta que nasceu:

[...] na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro por cerca do anno de 1725. Cega de nascimento, e vivendo n'uma época em que ainda se não conhecia meio de dar-se uma instrução litteraria aos infelizes privados da visão, dona Ângela do Amaral, bem que dotada de bellos dotes physicos, bem que filha de uma familia abastada, não pôde receber de seus paes senão uma educação moral e religiosa. E mesmo assim conhecia a lingua castelhana como a lingua patria. E, cousa admiravel! sem educação litteraria, sem cabedal algum de instrução necessaria ao cultivo da poesia, dona Ângela do Amaral foi um genio; mas, como disse o autor do Anno biographico brasileiro, genio sem luz nos olhos. Foi um brilhante preciosissimo, más não lapidado. Nunca pudera ver o céu, nem os astros, nem o mar, nem as flores; nem apreciar o sol, nem as estrellas, e pobre mulher, nem o rosto de um homem, e ainda assim foi poetisa! E, mais admiravel ainda, improvisava com grande facilidade! [sic] (Blake, 1883, v. 1, p. 85-86).

O perfil biográfico citado por Blake (1883), atravessado por notório preceito patriarcal – “Nunca pudera ver o céu, nem os astros, nem o mar, nem as flores; nem apreciar o sol, nem as estrelas, e pobre mulher, nem o rosto de um homem, e ainda assim foi poetisa!” – reforça, sobretudo, a supressão da capacidade criativa da escrita feminina, atribuindo a ela clara dimensão de **excepcionalidade**.

Conforme já mencionado, Ângela do Amaral Rangel foi citada por Moraes (1969) a partir de uma extensa notícia literária dedicada à coletânea *Júbilos da América, na gloriosa exaltação e promoção do illustrissimo e excellentissimo senhor Gomes Freire de Andrada, Do Conselho de sua Magestade, Governador, e Capitão General das Capitánias do Rio, Minas Geraes, e S. Paulo [...]* (Figura 1a). Nessa coletânea, a poeta teve quatro sonetos publicados, o primeiro deles segue abaixo na Figura 1b.

Figura 1 – Júbilos da América, 1754



Fonte: Sá, 1754, página de rosto, p.271³

³ Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/15086>. Acesso em: 14 jun. 2024.

No tocante ao livro *Júbilos da América*, ele compila composições literárias escritas por membros da Academia dos Seletos, formada por intelectuais reunidos no Rio de Janeiro, em 1752, para celebrar a nomeação de Gomes Freire de Andrada como governador. A Academia foi presidida pelo padre jesuíta Francisco de Faria e teve como secretário Manoel Tavares de Sequeira e Sá, nome que ficou registrado como o autor da publicação. Toda a produção editorial foi feita por homens membros desta Academia. Contudo, os membros permitiram uma exceção: a participação de Ângela de Amaral Rangel, que não era membro da Academia, mas teve suas poesias publicadas na coletânea (Moraes, 1969).

Galvão (1881), Moraes (2010) e Rodrigues (1907) também citam *Júbilos da América*, mas não apresentam nenhuma indicação da presença de Ângela do Amaral Rangel. Ora, nas apresentações de Moraes (2010) e Rodrigues (1907) é afirmado que cada item da bibliografia foi minuciosamente avaliado, estudado e lido. Eles não identificaram que havia uma mulher escritora na publicação? E se viram, a opção foi não citar? Pelo sim, pelo não, Ângela consta referenciada apenas uma vez em nossa pesquisa – Moraes (1969) –, quando, na realidade, poderia ter 4 citações. Temos, assim, um exemplo marcante do sistema de supressão de textos femininos que se manifesta na forma de silenciamento das fontes. Um silêncio oriundo não da ausência do documento em si, mas do apagamento produzido pela escrita bibliográfica.

Sobre a articulação da escrita bibliográfica empreendida por Rodrigues (1907), mais especificamente sobre os textos de autoria feminina, podemos começar indicando que apesar de ele citar a publicação *Júbilos da América* e dedicar uma longa notícia literária à obra, não há nenhuma menção à Ângela do Amaral Rangel. Com base na apresentação da *Bibliotheca Brasiliense* sabemos que a escrita bibliográfica de Rodrigues (1907) sistematiza o trabalho desenvolvido a partir do seu acervo pessoal de Brasileira, isso quer dizer que cada item descrito passou por suas mãos. Na notícia literária da entrada nº 2232 ele finaliza seu texto sem nenhuma referência à Ângela. (Rodrigues, 1907, p. 575).

A partir dos relatos de bibliógrafos e de pesquisadores que mencionaram Ângela do Amaral Rangel, fica evidente que sua participação em *Júbilos da América* e sua inclusão na *Bibliografia brasileira do período colonial* de Moraes (1969) se deu em função de uma **excepcionalidade** – que é um modo de desautorização da escrita feminina. Quanto a *Academia dos Selectos*, presentes em Galvão (1881), Moraes (2010) e Rodrigues (1907), a **supressão** do nome de Ângela configura-se, pois, tanto em um modo de silenciamento quanto de apagamento de seus versos e autoria.

Colocado nesses termos, concluímos que Ângela do Amaral Rangel e as demais escritoras brasileiras identificadas em nossa pesquisa conseguiram romper as barreiras sociais, culturais e editoriais que dificultavam a publicação de seus textos. Contudo, não deixaram de ser vitimadas pela dominação masculina que agenciava (e ainda agencia) o *modus operandi* da escrita bibliográfica. Dispositivo patriarcal que, ancorado em assimetrias sexuais, foi responsável por promover a supressão, o apagamento e o memoricídio de muitas mulheres escritoras e de suas produções.

Avançando nessa discussão, apresentamos abaixo alguns condicionantes que viabilizaram a presença de escritoras brasileiras nas 9 bibliografias estudadas e nossas considerações finais sobre a presença da mulher na cultura escrita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final das análises aqui efetuadas, podemos indicar que dois condicionantes indissociáveis se mostraram essenciais para viabilizar a presença de textos escritos por mulheres nas nove Bibliografias Brasileiras pesquisadas, quais sejam: (i) os textos terem como tema ou referência o Brasil; e, (ii) esse texto ser aprovado pela Teoria da Raridade, ou seja, ter entrado no círculo de desejo da bibliofilia. Essa conduta demonstra que a raridade, as efemérides e o colecionismo de documentos gráficos entrelaçam, parcial ou fortemente, as intencionalidades da escrita dessas bibliografias.

Além disso, os resultados quantitativos da pesquisa ressaltam, sobretudo, a “disimetria sexual das fontes” (Perrot, 2007, p. 17). Já as análises referentes à escrita bibliográfica confirmam que a supressão e a exclusão da escrita feminina são formas sutis de memoricídio (Duarte, 2022) e de silenciamento das fontes (Perrot, 2007). Nesse sentido, a forma como a escrita bibliográfica opera e articula a presença de mulheres escritoras em bibliografias brasileiras comprova a exclusão simbólica da mulher do campo literário e das artes, o que se deve, em ampla medida, ao fato do conceito de “autor” ter se constituído, conforme defende Pérez Fontdevila (2021), como dispositivo de supressão do feminino marcadamente ancorado na polarização edificada pelo binômio homem-mulher.

Por conseguinte, os resultados da pesquisa aqui sintetizada referendam que a intencionalidade da escrita bibliográfica pode se configurar como dispositivo de supressão da escrita feminina. Isso faz com que as mulheres autoras e suas produções sejam apagadas do

nosso cânone literário e histórico em decorrência do sistema de exclusão da mulher impulsionado pela supremacia de uma concepção de autoria forjada nas estruturas e nas entrelinhas de uma cultura machista, patriarcal e misógina.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa. **Uma genealogia do autor**: a emergência e o funcionamento da autoria moderna. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. (Humanitas).

ANGELA do Amaral Rangel. *In*: BLPL: Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos. Florianópolis: Núcleo de pesquisa em informática, literatura e linguística, 2023. Disponível em: <http://dados.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 389 p.

BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio De Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7v.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CABRAL, Alfredo Do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro: (1808-1822)**. São Paulo: Edusp: Kosmos, 1993. 2v.

CARVALHO, Alfredo de. **Biblioteca exótica-brasileira; Bibliotecca exótico-pernambucana, Bibliografia Geográfica Brasileira**. [S. l. : s. n.], 1913. 703p. (23 Doc., Original manuscrito e datiloscrito). Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435003/mss1435003.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras: 1711-2001**. São Paulo : Escrituras, 2002.

DUARTE, Constância de Lima (org.). **Memorial do memoricídio**: escritoras brasileiras esquecidas pela história. Belo Horizonte: Luas, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2001.

GALVÃO, B. F. Ramiz; BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogo da exposição de história do Brasil**: realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881. Rio de Janeiro : G. Leuzinger & Filhos, 1881. 2v.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

GARRAUX, Anatole Louis. **Bibliographie Brésilienne**: catalogue des ouvrages français & latins relatifs au Bresil (1500-1898). Paris: Ch. Chadenat: Jablonski, Vogt, 1898.

MAGGS BROS. **Bibliotheca brasiliensis**: catalogo anotado de livros raros, de alguns autographos e manuscriptos importantissimos e de gravuras sobre o Brasil e o descobrimento da America, 1493-1930 A.D. London: Maggs Bros., 1930. 369 p. ([Catalogue] ; 546)

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial**: catalogo comentado das obras dos autores nascidos no brasil e publicados antes de 1808. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia Brasiliana**: livros raros sobre o brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros no período colonial. São Paulo: Edusp: fapesp, 2010. 2 v.

PÉREZ FONTDEVILA, Aina. O que não é um autor: fundamentos conceituais e estratégias críticas para desautorizar as escritoras. **Vinco**: revista de estudos de edição, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/vinco/article/view/1017>.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RODRIGUES, José Carlos. **Biblioteca brasilienses**: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes A J. C. Rodrigues.... Rio De Janeiro: Typografia do 'jornal do Comercio' De Rodrigues & C., 1907.

SÁ, Manoel Tavares de Sequeira e. **Jubilos da America** [...]. Lisboa: Na Officina do D. Maniel Alvares Sollano, 1754.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres nas Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo, v. 11, n. 21, p.2 27-240, set. 90/fev. 91.

SILVA, Manuel Francisco Dias da. **Diccionario biographico de brasileiros célebres nas letras, artes, politica, philantropia, guerra, diplomacia, industria, sciencias e caridade desde o ano de 1500 até nossos dias**. Rio De Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

UTSCH, Ana. Estudo crítico-genealógico do autor. **Jornal de Resenhas**, São Paulo, n. 122, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://jornalderesenhas.com.br/resenha/estudo-critico-genealogico-do-autor/>. Acesso em: 12 jun. 2024.